



Eros amordaçado

Eros silenced

José Euclimar Xavier de Menezes

Universidade Católica do Salvador
Faculdade Social da Bahia
Brasil

Resumo

Este artigo examina a desmontagem da *Hipótese Repressiva* de Michel Foucault com o propósito de verificar as condições mediante as quais o discurso freudiano sobre o sexo é construído. Antes de questionar a propalada repressão com a qual o freudismo firmou o seu lugar entre os saberes ocidentais, a letra foucaultiana nos convida realizar um 'passo atrás' para escrutinar o que permite à psicanálise efetivar um esforço obsessivo para enunciar uma suposta repressão. A questão é outra, portanto, bem aquém do fato de sermos ou não reprimidos: o que a psicanálise ganha com esse discurso? Para tanto, se recorre ao primeiro volume de História da Sexualidade de Foucault num esforço de construção de ferramentas conceituais para manejar elementos da rede epistêmica freudiana.

Palavras-Chave: subjetividade; sexualidade; filosofia; psicanálise.

Abstract

This article examines the *Repressive Hypothesis* of Michel Foucault with the intention of verifying the conditions on which the Freudian theory on sex is constructed. Before questioning the concept of repression through which Freud's theory rose in occidental knowledges, Foucault's work invites us to take a step back to scrutinize the Freudian concept of Repression. The question isn't if we are repressed or not, but what's the psychoanalyses gain from this discourse. In order to answer this question, this article reviews the first volume of Foucault's History of the Sexuality in an effort of creating conceptual tools to study the Freudian epistemic discourse.

Keywords: subjectivity; sexuality; philosophy; psychoanalysis.

Da lógica iconoclasta de Foucault resulta a denúncia de uma *sexualidade pasteurizada*, considerado o contexto do vitorianismo. Na dissimulada suspeição do autor, dois séculos do programa puritano parecem ter sido suficientes para calar as expressões da sexualidade. Ou, aponta o autor, numa concessão controladora, esse período parece ter sido eficaz para afugentar a expressão do sexo em espaços bem definidos, nos quais os seus gemidos poderiam ser codificados e traduzidos pelo instrumental seguro dos profissionais da ordem puritana. Tudo em nome da produção, traduzida, na ordem do sexo, em procriação.

Se tal conjectura é plausível, como o saber especializado em sexualidade, a psicanálise, se inscreve nesse programa?

A pergunta retórica de Foucault (1984), na abertura de sua *História da Sexualidade: a vontade de saber* parece indicar a resposta: "Estaríamos liberados desses dois longos séculos onde a história da sexualidade deveria ser lida, inicialmente, como a crônica de uma crescente repressão?" (p. 2).

E a resposta, ainda mais retórica, aponta, provocativamente, para o lugar no qual se inscreve a psicanálise: "Talvez por Freud" (Idem).

Por que estamos nomeando de retóricas tais questão e resposta? Justamente porque a pena foucaultiana deseja exibir que o projeto liberador do sexo realizado (ou pretendido) pela psicanálise, nada mais é do que um escamoteamento do projeto burguês-puritano para encerrar em espaços legítimos (entenda-se: seguros, controladores) essa exuberante força que é a sexualidade. A despeito de seu distanciamento para com a psiquiatria, o que resulta do conformista Freud ao lidar com seu paciente é uma espécie



de condicionamento político, gerenciado por dispositivos terapêuticos.

Como o freudismo seria o braço teórico, o *saber*, um instrumento eficaz de poder exercido sobre o corpo político burguês-puritano? A práxis analítica, aos olhos do autor, faz a demonstração:

Com que circunspeção, com que prudência médica, com que garantia científica de inocuidade e com quanta precaução, para tudo manter sem "transbordamento", no mais seguro e mais discreto espaço entre o divã e o discurso, ainda um murmúrio lucrativo em cima de um leito. (Foucault, 1984, p.2).

Essa prática, configurada nos adjetivos arrematados pelo texto, exhibe o propósito controlador que a justifica: ela pondera cuidadosamente o discurso erótico, manipula-o cautelosamente, assegura o seu caráter mantenedor porque expresso domado (se não altera nada, é inócuo), o distribui entre os limites da malha conceitual científica tirando-lhe qualquer possibilidade de ultrapassagem dos limites impostos, tornando-o adequado ao *setting* montado.

Na ironia fina de Foucault: "(...) ainda um murmúrio lucrativo sobre o leito" (Idem). Fina ironia porque aproxima o espaço plácido analítico do prostíbulo. O que dizem os "prostitutos", cliente e profissional, e o que expressam o analista e o analisando, no "frigir dos ovos", não passa de gemidos pelos quais se paga, tornando-os, deste modo, justificáveis e tolerados nas teias do exercício de poder característico ao ambiente intimista burguês, cujo modelo, aos olhos de Foucault, é o *setting* analítico.

Nessa perspectiva, o lucro, e sua representação última, o dinheiro, purificaria as expressões da sexualidade de suas formas inapropriadas, descabidas, inadequadas em sua manifestação. Em outros termos: a prática analítica se alinharia ao coro dos múltiplos discursos vitorianos do sexo, porque incitaria a produção variada de discursos no seio da sociedade puritana, da qual somos os herdeiros mais diretos.

Mas como Foucault define esse domínio?

Uma primeira definição é proposta por um viés pragmático:

A repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (Idem, p. 10).

Ora, demonstra o autor, nada mais estranho aos três últimos séculos que a visibilidade de tal força repressiva. Na verificação ponto a ponto emerge a onipresença do sexo, sua fala escancarada (no sentido de uma inflação discursiva sobre o sexo), sua presença insidiosa, sua vociferação, seu estímulo *voyeur*, sua meticulosidade científica. Em outros termos, se a repressão é entendida como desaparecimento, banimento, enclausuramento, não se aplica sobre a atitude das sociedades puritanas sobre o sexo. Ao contrário, ele é o mote do frenesi discursivo característico de tais sociedades. Nunca se foi tão meticuloso quanto à expressividade do sexo quanto no período do puritanismo, coincidente com a consolidação da sociedade industrial.

E a demonstração foucaultiana de que não houve repressão, mas, pelo contrário, o que houve foi a produção de uma plethora de discursos sobre o sexo, é feita pela análise das condições determinantes de tais discursos, constitutivos da *scientia sexualis*. São tais condições e determinações que mais importam quando se trata de avaliar o papel que as ciências humanas ocupam no curso da docilização dessa força impertinente que é o sexo. O direito, a pedagogia, a economia e a medicina são apresentados como os porta-vozes dessa obsessão pela expressividade do sexo. Que razão justificaria os múltiplos discursos engendrados sob o influxo da *scientia sexualis* a partir do século XVII? Mera curiosidade? O privilégio que o objeto sexo possui descarta essa perspectiva. A razão é a exigência de controle dos corpos, seja isso uma exigência a ser implementada individualmente, seja um imperativo a ser aplicado socialmente. Daí poder ser proposto que, para além de fazer silenciar o sexo, o que houve quando da emergência e afirmação do capitalismo foi



uma proliferação exuberante dos discursos sobre o sexo:

Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constitui-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua economia. (Foucault, 1984, p. 26).

Mas um controle não é feito sem precauções, sem um cálculo, sem uma métrica estabelecida com certa racionalidade. E de que modo o programa de controle do sexo toma precaução contra sua viscosidade, contra seu calor, contra sua vivacidade? Se não o aprisiona, e assim o faz calar, mas se o incita a falar, a exalar o seu aroma por entre os saberes, se é convidado a impregnar os espaços sisudos de saber, que procedimentos e que instrumentos são usados nessa provocação?

Trata-se de desenvolver algo "mais que" tolerância para com o sexo. Em vez de encapsulá-lo, busca-se promover, nos ambientes onde sua tematização é estimulada, certo espírito asséptico em seu tratamento. É preciso fomentar a sua expressividade, mas dentro de categorias e instrumentais que o legitimam.

Tome-se como paradigma desta providência de controle a *perversão*. Índice da medicalização do sexo, ela passa a habitar o espaço luminoso da ciência que a tira das vielas, dos estábulo, dos recônditos esgotos das cidades. Considere-se também a criança. Que suas expressões eróticas sejam vigiadas pelos cuidadosos olhos dos pais e mestres; ou ainda as mulheres, essas Evas afoitas, propensas a fremitos sexuais: que a psiquiatria as nomeie e as convoque para o palco, cuja cena é composta pelos elementos laboratoriais competentes no controle de suas manifestações indomáveis em outros espaços.

No interior dessa perspectiva medicalizadora a psiquiatria e a psicanálise cumprem um papel relevante (a despeito de esta se contrapor à primeira com relação à degenerescência e à hereditariedade, no escopo, nos resultados são idênticas). O discurso desta última desenha uma repressão do sexo contra o que se assume libertadora. Entretanto:

O discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funciona então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o de repressão?. (Idem, p. 15).

A decisão foucaultiana é negativa. O discurso liberalizante não passa de um ardil do poder definido de forma dupla: 1) Negativamente: não jurídico (o poder não é violento, não é a força exclusiva do Estado, não é ideologia); 2) Positivamente: é estratégia, é uma espécie de raiz rizomática sem um centro determinado ou expoente, é modo de ação, é expansão, é produtivo. E a astúcia desse poder é eficaz quando impele, nas suas medidas seguras, um arremedo de transgressão para o qual podem e devem convergir forças rebeldes. Enfim, o discurso liberalizante da psicanálise pertence à estratégia expansionista do poder, que passa a incorporar indivíduos e fatias sociais que escapavam do seu controle.

Reitere-se o problema: a psicanálise sabe-se cumpridora desse papel de reforço instrumental ao poder moderno? Ou é ingenuamente crédula no seu discurso liberalizante, festejado como inovador, transgressor, revolucionário? Questão que merece mais pensar.

Que Foucault vai responder evidenciando certo torpor que caracteriza a operatividade psicanalítica no programa de dominação, não resta dúvida. Veremos como. Mas se faz importante indagar sobre a *razão de ser* desse programa datado pelo autor. Por que o privilégio do sexo como alvo sobre o qual o domínio deve ser exercido? De que conteúdo ele é depositário para mover os esforços estratégicos das sociedades puritanas? Ou, ainda, por que confluem para o sexo essas forças estrategicamente inventadas pela sociedade moderna, o saber e o poder?

A razão reside em que, por seu intermédio, pode-se controlar o corpo do indivíduo e o



corpo social. Precise-se: prazer e produção, mediante o controle da sexualidade do indivíduo, podem ser elementos cooperantes na expansão do poder; crescimento, retenção, distribuição, adequação podem e devem expressar o domínio do corpo coletivo. Em ambos os corpos centra-se o sexo. Logo, ao invés de reprimir, impor silêncio, condenar à marginalidade, é mais eficaz (e astuto) promover a produção de discursos que alcancem a ampla gama de tipos que compõem a fauna sexual:

Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. (Foucault, 1984, p. 47).

Daí poder ser inferido que a multiplicidade moderna de discursos sobre o sexo não seja casual. Antes, ela é intencional e exhibe o espírito perverso que a caracteriza: "A sociedade moderna é perversa, não a despeito do seu puritanismo ou em reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente" (Idem).

O que então justifica a sua dissimulação puritana? Trata-se de uma estratégia eficaz de enfrentamento das resistências que certamente se insurgem no interior das sociedades. Na realidade, tal puritanismo traveste, com grande competência, o espírito perverso da sociedade moderna. Daí poder ser feito bem mais que um trocadilho com os termos que caracterizam a sociedade moderna em seu tratamento da sexualidade: despudor vitoriano. Essa expressão aparentemente contraditória se refere à inquietação perversa da sociedade moderna produtora de discursos que erigem um variado campo dos tipos sexuais.

Mas o propósito que aqui se toma é o de aquilatar o lugar incômodo atribuído por Foucault à psicanálise em todo o jogo que associa a *scientia sexualis* ao poder.

Assim, indaga-se: como a psicanálise se inscreve nesse programa estratégico? Melhor ainda, dada a desconfiança de que nas sutilezas da crítica foucaultiana a psicanálise emerge como néscia do seu papel instrumental, como ela é inscrita nesse programa (supõe-se que a sua atividade não seja autodeterminada, mas, pelo contrário, determinada)?

O viés pelo qual o autor apresenta a operatividade psicanalítica é o da relação médico-paciente, especificamente a relação transferencial analítica. Foucault propõe para exame uma espécie de "teoria do fórceps" posta em prática pela psicanálise, mantenedora dissimulada do uso de tecnologias confessionais que marcam a história do Ocidente.

Na relação transferencial o psicanalista assume o lugar do pai no imaginário do paciente, e não há como não caracterizar essa relação como sendo de poder, reedição mais requintada da relação paterno-filial romana. A autoridade do terapeuta é, para o paciente, a voz do poder. Seu dizer, inclusive na eloquência do seu silêncio - ou na sua interpretação -, opera sobre o corpo do paciente, sobre a sua conduta. Do *setting* analítico resulta uma alma doce, correlato do corpo dócil da produção econômica:

Pela estrutura de poder que lhe é imanente, o discurso da confissão não poderia vir do alto como na *ars* erótica, nem pela vontade soberana do mestre, mas de baixo, como uma palavra requisitada, obrigada, rompendo, através de alguma pressão imperiosa, os lacres da reminiscência ou do esquecimento. (Foucault, 1984, p. 61).

Mas não deixa de causar estranheza a combinatória entre uma alma doce (que Foucault delata ser produzida em análise) e a perversão (paradigma de toda a sexualidade)? Ou em outros termos, a perversão não é transgressora por definição? A desmontagem dessa estranheza se faz pela compreensão de que também a perversão é estrategicamente produzida. É legítima sua expressão no *setting* analítico porque ali foi assim determinado; este é o legítimo espaço das manifestações ilícitas. Seu caráter escandaloso, anárquico, excessivo, recebe uma atenuação asséptica através do instrumental analítico que neutraliza o caráter viscoso e incontrolável do sexo.



Em outras palavras, mediante uma prática social, a sexualidade infantil pode ser fabricada; as perversões incorporadas e os tipos perversos especificados; o corpo sexual do histérico torna visível e reflui a força do poder; normatiza-se a sexualidade a partir do paradigma familiar.

É lógico que essas quatro operações referem-se ao trabalho das Ciências Humanas, com destaque para a medicina e a psiquiatria do século XIX. Mas em cada uma delas (recolhe-se da letra foucaultiana) é visível a participação da psicanálise, filha legítima das engrenagens de poder de uma sociedade engenhosa na especificação de suas partes. É o que conferimos na sequência.

É no século XIX que aparece uma gama exuberante de discursos sexuais. Ora, isso por si só já é sintomático, sugere Foucault. Por que sintomático? Porque tais discursos despistam de maneira hábil e estratégica os objetivos pelos quais são construídos.

Basta que se lance um olhar para o discurso psiquiátrico. O que ele produz? Uma espécie de catálogo de tipos sexuais exóticos nas suas características próprias, riquíssimos no conjunto. Tem-se, com a psiquiatria, uma variada gama de tipos sexuais, cada um podendo não somente insinuar-se a partir da alva maca psiquiátrica, mas nela florescer, vicejar. Ali, pois, é o seu lugar. Não se trata de uma mera tolerância, mas de um horizonte demarcado com segurança e vastidão, estrategicamente bem rastreado a fim de que o ilícito se apresente:

O que significa o surgimento de todas essas sexualidades periféricas? O fato de poderem aparecer à luz do dia será o sinal de que a regra perde em rigor? Ou será que o fato de atraírem tanta atenção prova a existência de um regime mais severo e a preocupação de exercer sobre elas um controle mais direto? (Foucault, 1984, p. 41).

Que cresçam, pois, as ervas daninhas, as sexualidades periféricas, os tipos sexuais mais exóticos. Sem que se mostrem, como perfilá-los, adequá-los, contorná-los, controlá-los? Temos, assim, um vastíssimo espaço para a emergência de uma pletora de tipos que nele encontram guarida. Alcova, prostíbulo, banheiros imundos, ruelas, mato, etc., espaços de tolerância desses tipos, perdem a exclusividade como lócus de suas manifestações. As expressões sexuais ilegítimas, marginais, podem emergir das cavernas à luz. A alvura do espaço clínico-psiquiátrico pode e deve comportá-las.

Na estratégia foucaultiana, a vontade de saber, em sua especificidade psiquiátrica, emerge como ardil ao erótico, ao obsceno, ao ilícito, ao sexual, pois promove a sensação de que a sua identificação, a sua diagnose e o seu tratamento são libertários quando, na realidade, o que a psiquiatria realiza é uma captura da natural rebeldia característica do sexo, minando-a ao promover os discursos nos quais ele diz sua verdade, ao tempo em que afirma-se como saber especializado. Em outros termos, exaure-se o sexo no discurso.

Inverte-se, assim, a proposição enganosa da hipótese repressiva:

Como, então, analisar o que se passou, na história recente, a respeito dessa coisa, aparentemente uma das mais interditas de nossa vida e de nosso corpo, que é o sexo? Como o poder lhe tem acesso senão através da proibição e da barragem? Por que mecanismos, táticas ou dispositivos? (Idem, p. 87).

Tal inversão opera-se sobre a exterioridade atribuída ao poder em relação ao sexo. Primeiro, dilui-se a identidade de poder como poder institucional (jurídico). Em seguida, aposta-se em que sexo é poder, a partir dele o poder se expande, nele o poder encontra potentes vias de expressão. Nada mais astuto que erigir, a partir do seu interior, uma rede de dispositivos que promovam o seu fluir, pois o que resulta disso é um refluxo do poder, sua maximização.

Que o sexo fale, incontinente, indiscreto, impertinente, porque estimulado por um ouvido auscultador e disciplinador desse erotismo, que reside na espessura do verbo!

Se o século XVIII necessita de um fórceps para que os lábios indiscretos não só



balbuciem, mas digam compulsivamente e de forma constrangedora a verdade que todos sabem e fingem ocultar então todos são desmascarados por um bode expiatório, possuidor de uma "jóia indiscreta", como formulado por Diderot (1986), o século XIX refina tal fórceps na medida em que transforma suas funções em dispositivos que se confundem com os objetos sobre os quais são aplicados.

Desse modo, "sexo objeto" e "fala sobre o sexo instrumento" se tornam fala sexual, associação livre de verdades incontinentes capturadas pelas malhas bem definidas da *scientia sexualis*.

Golpe arbiloso para vencer as resistências ao poder que se exerce na concretude da micro relação médico-paciente, segundo Foucault em *Microfísica do poder* (1985):

Lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente 'no' poder, que dele não se 'escapa', que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei? Ou que, sendo a história ardil da razão, o poder seria o ardil da história - aquele que sempre ganha? (Foucault, 1985, p. 237).

E é nesse exercício que se reconhece o que é um dispositivo:

Através desse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Idem, p. 244).

Parceira da pedagogia, da justiça penal, da medicina e da psiquiatria, a psicanálise emerge como mais um elemento dessa teia de poder. Sua função é o controle psíquico mediante um artifício que fomenta as manifestações das sexualidades.

Mas como se afigura na práxis esse dispositivo? Por meio da confissão. No registro religioso é ela que assegura o dispositivo da aliança e, agora, em sua versão novecentista, configurada como ciência, apresenta-se como dispositivo da sexualidade. Por ela se captura a verdade e se objetiva o sujeito. Desenha-se, desse modo, um tipo de sociedade disciplinar que exaure o indivíduo pelo discurso, recheado de uma trama contabilista, calculista, reguladora, normalizadora, e que nos moldes do poder torna-se, tão somente, mais um tipo.

Eis então o problema: na práxis, como a psicanálise se inscreve em tal dispositivo? Não é ela a depositária do crédito que dá um salto qualitativo e rompe com a perspectiva da degenerescência e da hereditariedade, ditadas pela psiquiatria com relação às doenças nervosas? Não é ela que rompe com a teoria da localização para explicar as alterações das manifestações emocionais do sujeito humano? Não é ela que inventa uma técnica terapêutica que contempla um mais além da constituição nervosa do indivíduo? Não é ela que dá dignidade a essa coisa úmida, viscosa, complexa que nucleia o homem, o sexo? Não é ela que promove as significações para esse universo até então indizível, porque compreendido, em sua anterioridade, sob o exclusivo ponto de vista moral?

Nada disso escapa aos dispositivos da sexualidade. Não só não escapa como também corrobora na sua afirmação. Senão vejamos.

Considerando a relação médico-paciente e a condição pela qual a análise ocorre, conceder-se-á que a transferência cauciona o *pátrio poder*. O que isso significa? Que pela transferência o psicanalista exerce um poder sobre o analisando, submetido à compulsão do dizer. Mas tal analista não é um simples confessor, mas um representante emocional capaz de mobilizar todo o ser do paciente no compromisso de dizer a verdade sobre si mesmo.



Ocupando um lugar privilegiado na vida emocional do paciente, tal analista faz-se depositário dos atributos paternos. Essa versão médica da confissão arranca do indivíduo os seus segredos mais íntimos e os deixa escancarados ao olhar do representante máximo da instância reguladora, normalizadora, a família.

No outro pólo dessa relação de poder se coloca a atitude interpretativa do analista, que, norteadá pelos paradigmas edipianos, desloca o indivíduo de si e o coloca nessa referência familiar. Dizer-de-si ao analista-representante-paterno é já um submeter-se ao crivo do poder paterno, expressão suprema do poder familiar, um poder-ser que não escapa (ou não deve escapar) aos cânones do familialismo.

Não é à toa que o corpo objeto preferencial de poder da sociedade moderna é o corpo burguês. É ele que é sexualizado, e é sobre ele que se volta a psicanálise. Só por extensão é que o dispositivo da sexualidade é aplicado às outras esferas sociais na forma de disseminação de tal dispositivo.

Mas num primeiro plano, o corpo objeto da psicanálise é o corpo burguês. Não que ela faça per si tal escolha. Esta já está feita pelo poder do qual a psicanálise é apenas um dos elementos, um dos nós.

Ora, sob o ponto de vista estratégico, então nada muda na sociedade moderna? O registro religioso, mediante a categoria "carne" (categoria examinada por Mario Praz (1975) em seu *La carne, Ia morte e il diavolo nella litteratura romântica*), também exercitava seu poder na obtenção da verdade do indivíduo, por meio da confissão. A sociedade burguesa, reformulando na superfície essa estratégia, somente amplia o raio de operatividade do poder de controlar tudo e todos. Em outros termos, se nada muda no tratamento dispensado ao sexo, do registro religioso para esse outro técnico de mensuração médica, então o que se ganha nesse novo cenário que otimiza um modo próprio de lidar com o sujeito? Na semântica de Foucault (1985): no ambiente em que o dispositivo da aliança é privilegiado, por que o controle do indivíduo é efetivado mediante o reforço do dispositivo da sexualidade:

Vejo que você procura os operadores que lhe permitirão apagar o corte que se estabeleceu com Freud. Na época em que Althusser impunha um corte marxista, você já havia chegado com sua borracha. E agora, acho que seu objetivo - ou uma estratégia, como você diria - é Freud. Você realmente acredita que conseguirá apagar o corte entre Tertuliano e Freud? (Idem, p. 259).

Eis aqui o desconforto da psicanálise frente à interlocução foucaultiana. Ela é continuísta. Pretende delatar e liberar o indivíduo de um poder repressivo, exterior à sexualidade, contra o qual se propõe trabalhar, ao tempo em que fabrica a sexualidade que permite novos horizontes de exercício deste mesmo poder. No interior da maquinaria confessional, Freud e seu artifício são meros episódios, meros tentáculos, meros instrumentos que reforçam o poder, mediante o escrutínio do saber.

E a psicanálise sabe desse seu papel? O próprio Foucault (1986) responde recusando o esforço descritivo da psicanálise em relação à sexualidade. É como se se fizesse necessário realizar uma *epoché* de todo o esforço esboçado na leitura do conceito de sexualidade, via perversão, como Freud (1905/1990a) o realiza em seu *Três ensaios de uma teoria Sexual*. A sexualidade, pelo viés foucaultiano, é muito mais uma fabricação política, bem localizada em um contexto histórico, com propósito bem delineado:

De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em cheque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é um nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao



discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (Foucault, 1986, p. 100).

Conclusão

Antes de mais nada é preciso lembrar que o envolvimento de Foucault com a psicanálise se inscreve num ambiente bem mais amplo. As provocações do autor à psicanálise têm a marca do seu anti-humanismo e, para compreendê-lo, faz-se necessário ao menos apontar o que o autor está propondo como a morte do homem.

Falar de natureza humana, essência humana, ser humano, substância, estrutura, etc., de fato causa arrepios aversivos a Foucault. E Freud, na montagem do conceito de sexualidade através do debate sobre a *perversão, a polimorfia e a genitalidade* instrumentaliza essa sintaxe-semântica naturalista. Na sua terminologia: pulsões. No sujeito humano, a sexualidade não é uma mera tendência natural, mas é um desejo, mas, contudo, tem seu sustentáculo em forças naturais. Ora, é essa abordagem que Foucault rejeita. E qual é a razão-de-ser mais ampla dessa rejeição?

Com *La recherche scientifique e la psychologie*, Foucault (1957) nos toma de assalto e nos convida a pensar na sustentação da psicologia. Para ele é a pesquisa sistemática e continuada que permite a legitimação desse saber. Mas o que nos interessa ali é uma reflexão, à guisa de demonstração de sua resposta ao que sustém a psicologia como saber:

Se se pode reduzir o erro psicológico a uma ilusão e remeter suas formas epistêmicas a condutas psicológicas, não é porque a psicologia encontra na psique seu fundamento e sua razão-de-ser como saber, é somente porque ela ali reencontra seus obstáculos; a pesquisa histórica não ensaia se colocar fora da história, enquanto que a pesquisa psicológica deve necessariamente se deixar conduzir pelo mito de exterioridade, do olhar indiferente, isento, do espectador que não participa. (Idem, p. 144, trad. nossa).

Erro psicológico: o que é isso? Trata-se da pretensão da psicologia em querer que seu discurso seja descritivo da dimensão psíquica do sujeito humano, como se isto fosse uma entidade identificável de forma pura e isenta das determinações históricas. Embora a psicanálise não seja uma psicologia, é esse o argumento central da crítica que Foucault lhe dirige.

A categoria psicanalítica de ilusão, aplicada por Freud em *O futuro de uma ilusão* (Freud, 1927/1990c), aqui tomada por Foucault, exhibe bem esse escopo: ela desconsidera as razões mais basilares do fundamento de uma neurose, uma psicose, uma perversão, uma paranoia, enfim, de toda a psicopatologia. O que leva a psicologia e a psicanálise a crerem que, ao pretender descrever as psicopatologias esteja realizando descrições de entidades naturais? Certamente a ilusão de que o método ancorado no cogito, na racionalidade moderna, oferece a garantia da verdade do que acredita conhecer. Um saber assim constituído, neutro, só pode construir verdades ideologicamente comprometidas sobre o humano.

E é justamente isso que Foucault solapa, a saber, as pretensas verdades inabaláveis resultantes do esforço do cogito. As lentes do cogito não se contaminam pelas determinações da história, ao compor a verdade de algo que pretende descrever?

Eis o ponto de incidência da operação derrisória de Foucault (1994, p. 610):

Eu nego o cogito, eu me limito a observar que sua fecundidade metodológica não é finalmente assim tão grande quanto se tem acreditado, em todo caso, nós podemos realizar hoje as descrições que me parecem objetivas e positivas ao dispensarmos totalmente o



cogito.

Para quem frequenta a letra foucaultiana salta aos olhos o que está sendo criticado: a pretensão de um saber que pensa em seu discurso como fechado, hermético, redondo, pleno, absolutamente isolado do contexto, dele destacado, sem qualquer penetração das franjas da história em seu interior.

Esse saber, que descreve uma espécie de *homo natura*, é ele o questionado. Sua epistemologia é ilusória, dado que sustentada pelo soberano cogito. É o humanismo que resulta deste movimento que se rejeita:

Este humanismo constituiu de uma certa maneira a pequena prostituição de todo o pensamento, de toda a cultura, de toda a moral, de toda a política dos últimos vinte anos. Eu considero que o querer propor hoje como exemplo de virtude é uma provocação (Idem, p. 616).

Daí o projeto e o empreendimento genealógico do saber de Foucault. Somente assim, crê o autor, se pode realizar uma investigação do modo como se constituem as próprias camadas do saber. O saber enraizado no cogito ignora os elementos de sua constituição. É incapaz de perceber, nas tramas históricas, as determinações que se precipitam sobre o seu próprio *corpus*.

Donde, por outro lado, o fascínio de Foucault pela psicanálise: ela abre um flanco na história da psicologia, possibilitando que se investigue a trama inconsciente que coloca as condições de possibilidade de constituição dos saberes:

Eu tento desenvolver um domínio autônomo que seria aquele do inconsciente do saber, que teria suas próprias regras, como o inconsciente do indivíduo humano tem, ele também, suas regras e suas determinações. (Idem, p. 666).

Aliás, esse domínio desenvolvido pode ser legitimamente aplicado a qualquer das ciências humanas, porque a ideia de homem, ser-de-essência, ser-de-natureza, ser-de-estrutura, foi por elas construída, e isso pode ser datado e pesquisado arqueológico-genealógicamente, como esboçado em *L'archéologie du savoir*. (Foucault, 1969).

Contra essa perspectiva naturalista, essencialista, Foucault erige a análise das condições históricas que performam o homem, já que compreende que esse "objeto" não habita o planeta, mas é habitante da cultura.

Nesse sentido, vale a pena apontar para um texto que, provavelmente, Foucault, como exímio jogador dos dardos da história, mantém silencioso em seu discurso: Totem e tabu (Foucault, 1913/1990b). Nele encontramos essa coincidência entre sexo e poder na fundação da cultura. Se essa coincidência prevalece na instauração da cultura, no desenvolvimento da humanidade, imagine-se sua presença insidiosa na conservação do constructo propriamente humano?

Ora, o procedimento foucaultiano divorcia essa concepção de poder, de potência desenvolvida nos embates da história e intimamente implicada na noção de sexualidade debatida por Freud. A descrição freudiana da sexualidade nos é apresentada como substancializada em demasia, sem implicações políticas e históricas. Fato mais visível se se considera que em nenhum momento de *A vontade de saber*, Foucault remete-se ao texto capital Totem e tabu. E no entanto, é na trama desse texto que Freud realiza uma bricolagem entre sexo e poder, como consequência lógica da noção de sexualidade, acorde ao que foi formulado em 1905.

Freud naturalista? Ao que parece, os índices depositados em Totem e Tabu apontam bem mais para uma perspectiva outras, bem vizinhas àquelas que Foucault pretende exclusivas suas.

Referências

Diderot, D. (1986). *As jóias indiscretas*. (E. Brandão, trad.). Rio de Janeiro: Editora Global. (Original publicado em 1951)



- Foucault, M. (1957). La recherche scientifique et la psychologie. In J.-E. Morère (eds). *Des chercheurs français s'interrogent. Orientation et organisation du travail scientifique en France (165-186)*. Toulouse: Privat.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (J. A. G. Albuquerque; R. Machado, trad.s), Rio de Janeiro: Editora Graal. (Original publicado em 1976).
- Foucault, M. (1985). *Microfísica do poder*. (A.L. Souza; R. Machado, trad.s). Rio de Janeiro: Editora Graal. (Original publicado em 1979).
- Foucault, M. (1986). *A arqueologia do saber*. (L.F.B.Neves, trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969).
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits*, I. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1990a). Três ensaios de uma teoria sexual. (J.L. Etcheverry, trad.). Em: *Obras completas*. (V.7, pp. 109-222). Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1990b). Totem e tabu. (J.L. Etcheverry, trad.). Em: *Obras completas*. (V. 13, pp. 1-162). Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (1990c). El porvenir de uma ilusão. (J.L. Etcheverry, trad.). Em: *Obras completas*. (V. 21, pp. 1-56). Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1927).
- Praz, M. (1975). *La carne, la morte e il diavolo nella litteratura romantica*. Roma: Ed. Sansoni.

Nota sobre o autor

José Euclimar Xavier de Menezes - graduado em teologia e filosofia/UCSal. Especializado em Fundamentos Filosóficos da psicologia e da Psicanálise, mestre em Epistemologia da psicanálise e doutor em Filosofia moderna e contemporânea/UNICAMP. Pós-doutor em filosofia contemporânea pela Università Lateranense/Itália. Professor e pesquisador do Programa de mestrado e doutorado em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal. Também leciona na Faculdade Social da Bahia/Curso de Psicologia. Membro da Câmara de Ciências Súcias e Humanas/Fapesb. Contato: Rua Guadalajara, 129/401 – Ondina/Salvador/Bahia Cep.40140-460 Fones: 71.32472377 e 71.87875626. E-mail: menezesjex@uol.com.br.

Data de recebimento: 27/12/2008
Data de aceite: 30/06/2009